



Estado e política fundiária no Brasil: uma revisão da literatura, a história e suas referências ao mundo rural brasileiro da colonização aos dias atuais

Alcides Jose de Omena Neto¹

Janete Avelar Guimarães Dantas Campoi^{1*}

Maria Lúcia Ribeiro¹

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar um resumo da posição do Estado diante da política fundiária no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, com base em uma revisão da literatura e da história. A questão fundiária é um dos temas mais relevantes e controversos da sociedade brasileira, pois envolve aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais. A formação histórica do território brasileiro foi marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, que se beneficiaram de diversos mecanismos legais e ilegais para garantir seus interesses. Essa estrutura fundiária desigual gerou conflitos e violências no campo, além de impedir o desenvolvimento de uma agricultura familiar e sustentável. Ao longo dos séculos, o Estado brasileiro teve diferentes papéis na regulação da questão fundiária, ora favorecendo os latifundiários, ora promovendo reformas agrárias parciais e limitadas. A política fundiária atual é resultado de uma complexa interação entre os diversos atores sociais envolvidos, como o governo, o judiciário, o legislativo, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os sindicatos, as empresas e os organismos internacionais. O texto busca analisar as principais características, desafios e perspectivas da política fundiária no Brasil, considerando os aspectos históricos, jurídicos, institucionais e políticos que a influenciam.

Palavras-chave: Brasil rural; Ruralidades; Reforma agrária; Desenvolvimento rural; Conflitos territoriais.

State and land policy in Brazil: a literature review, historical overview, and references to the Brazilian rural world from colonization to the present day

Abstract: This text aims to present an overview of the State's position regarding land policy in Brazil, from colonization to the present day, based on a review of the literature and historical context. The land issue is one of the most relevant and controversial topics in Brazilian society, as it encompasses economic, social, environmental, and cultural aspects. The historical formation of Brazilian territory has been marked by the concentration of land in the hands of a few landowners, who have benefited from various legal and illegal mechanisms to safeguard their interests. This unequal land structure has led to conflicts and violence in rural areas, while also hindering the development of family-based and sustainable agriculture. Throughout the centuries, the Brazilian State has played different roles in regulating land issues—at times favoring large landowners, and at others promoting partial and limited agrarian reforms. The current land policy results from a complex interplay among various social actors, including the government, judiciary, legislature, social movements, non-governmental organizations, unions, corporations, and international bodies. This text seeks to analyze the main characteristics, challenges, and perspectives of land policy in Brazil, considering the historical, legal, institutional, and political aspects that shape it.

Keywords: Rural Brazil; Ruralities; Agrarian reform; Rural development; Land conflicts.

¹Universidade de Araraquara-UNIARA, Brasil. *Autora correspondente: jagdcampoi@uniara.edu.br

Introdução

O tema da política fundiária no Brasil é complexo e controverso, envolvendo aspectos históricos, sociais, econômicos, jurídicos e ambientais. A questão da terra no país remonta ao período colonial, quando a Coroa Portuguesa distribuiu grandes extensões de terras a seus aliados, criando um sistema de latifúndios baseado na exploração da mão de obra escrava. Esse modelo agrário se perpetuou ao longo dos séculos, gerando desigualdades e conflitos entre os proprietários rurais e os trabalhadores sem-terra.

A política fundiária no Brasil pode ser entendida como o conjunto de normas, instrumentos e ações do Estado voltados para a regulação, ordenação e democratização do acesso e uso da terra rural. Entre os seus objetivos estão: garantir a função social da propriedade; promover a reforma agrária; assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; incentivar o desenvolvimento rural sustentável; prevenir e resolver os conflitos agrários; e preservar os recursos naturais.

Metodologia

Neste trabalho, apresentamos uma revisão da literatura sobre o tema, abordando a evolução histórica da política fundiária no Brasil desde a colonização até os dias atuais, destacando os principais marcos legais, institucionais e políticos que influenciaram o cenário fundiário nacional. Também analisamos as principais características, desafios e perspectivas da política fundiária no contexto atual, considerando as demandas e conflitos existentes no mundo rural brasileiro.

A questão da terra e da propriedade privada é um tema central na história e na sociologia do Brasil. Desde a colonização até os dias atuais, a forma como a terra foi ocupada, distribuída e explorada determinou as relações sociais, políticas e econômicas do país. Neste trabalho, pretendemos analisar a gênese e o desenvolvimento dessa questão, bem como as lutas e os conflitos que ela gerou ao longo do tempo. Para isso, dividimos o texto em três partes:

Na primeira parte, abordamos a origem histórica da questão da terra e da propriedade privada no mundo e no Brasil, destacando o papel do Estado, da família e da igreja na consolidação de um modelo de sociedade baseado na segregação e na exploração dos trabalhadores rurais. Também apresentamos um breve histórico das lutas pela terra no Brasil, desde as revoltas coloniais até os movimentos sociais contemporâneos, passando pela reforma agrária que começou, mas foi esquecida.

Na segunda parte, discutimos os avanços do capital no campo e seus impactos sociais, ambientais e culturais. Questionamos o discurso do desenvolvimento rural que privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa, e que gera insegurança alimentar, exclusão social e violência no campo. Também analisamos as diferentes concepções

históricas e sociológicas da formação da sociedade agrária brasileira, desde as teses clássicas até as abordagens críticas.

Na terceira parte, enfocamos a questão da fome nos campos e nas cidades, que é um dos principais problemas sociais do Brasil. Apontamos as causas estruturais e conjunturais da fome, bem como as possíveis soluções para combatê-la. Por fim, apresentamos algumas conclusões sobre o tema proposto.

Resultados e discussões

A gênese da questão da terra e da propriedade privada

A propriedade privada é um conceito que se refere à posse exclusiva e legal de bens, recursos ou territórios por parte de indivíduos ou grupos. Esse conceito é amplamente aceito e defendido pela maioria das sociedades modernas, mas também é alvo de críticas e contestações por parte de alguns movimentos sociais e correntes filosóficas.

Uma dessas correntes é o anarquismo, que conceitua a propriedade privada como um roubo. Segundo os anarquistas, a propriedade privada é uma forma de exploração e opressão dos trabalhadores, que são privados dos frutos do seu trabalho e submetidos à autoridade dos proprietários. Além disso, a propriedade privada gera desigualdades sociais, conflitos, violência e degradação ambiental. Por isso, os anarquistas defendem a abolição da propriedade privada e a instauração de uma sociedade baseada na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção.

Essa crítica foi formulada por diversos pensadores, como Pierre-Joseph Proudhon, Karl Marx e Mikhail Bakunin, entre outros. Eles argumentavam que a propriedade privada é uma fonte de desigualdade, exploração, alienação e violência, e que deveria ser abolida ou substituída por formas de propriedade coletiva ou socializada.

O Estado, família e propriedade o princípio da segregação

Friedrich Engels foi um filósofo e revolucionário socialista que, junto com Karl Marx, fundou o marxismo. Em seu livro "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", Engels analisa a evolução histórica das relações sociais e familiares, bem como as formas de organização política e econômica. Ele defende que a família, o estado e a propriedade privada são instituições que surgiram com o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho, e que servem para manter a dominação de uma classe sobre outra. Engels argumenta que a família patriarcal é o resultado da subordinação das mulheres aos homens, que se apropriaram dos meios de produção e da riqueza social. Ele também afirma que o estado é um instrumento de coerção e violência que garante os interesses da classe dominante, e que a propriedade privada é a base da exploração e da desigualdade. Engels propõe que, para superar essas contradições,

é necessário abolir a família, o estado e a propriedade privada, e construir uma sociedade comunista baseada na cooperação, na igualdade e na liberdade.

Proudhon e Bakunin foram dois dos mais influentes pensadores anarquistas do século XIX. Eles criticaram a propriedade privada como uma forma de opressão e exploração, defendendo a abolição do Estado e do capitalismo. Para eles, a propriedade privada era uma violação da liberdade e da igualdade humanas, e um obstáculo para a realização da justiça social e da fraternidade universal. Eles propuseram uma sociedade baseada na autogestão dos trabalhadores, na cooperação voluntária e na solidariedade mútua, sem autoridade ou hierarquia.

Um dos primeiros a analisar a intervenção do Estado nas relações de propriedade foi Karl Marx, que desenvolveu uma teoria crítica do capitalismo baseada na noção de luta de classes. Para Marx, o Estado é um instrumento de dominação da classe burguesa sobre a classe proletária, que é explorada pela apropriação privada dos meios de produção. O Estado intervém nas relações de propriedade para garantir os interesses da burguesia, através de leis, impostos, subsídios, regulações etc. A única forma de superar essa situação seria uma revolução socialista que abolisse a propriedade privada e instaurasse uma sociedade comunista sem classes e sem Estado.

Outro autor que se dedicou ao estudo da intervenção do Estado nas relações de propriedade foi Max Weber, que adotou uma perspectiva mais histórica e comparativa. Weber definiu o Estado como uma organização política que detém o monopólio legítimo da violência em um determinado território. O Estado surge como uma forma de racionalizar e burocratizar o exercício do poder, que antes era baseado em relações tradicionais ou carismáticas. O Estado intervém nas relações de propriedade para garantir a ordem, a segurança e a legitimidade do sistema econômico e jurídico. O Estado pode assumir diferentes formas, dependendo do tipo de dominação que exerce: legal-racional, tradicional ou carismática.

Ao analisar a sua obra "A ética protestante e o espírito do capitalismo", embora bastante incipiente com relação ao mundo rural no momento da discussão e construção da obra "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", o estado em ascensão é o estado do capitalista e sua estreita ligação com a religião protestante, especialmente o calvinismo, que valoriza o trabalho, a poupança, a disciplina e a vocação. Weber vem mostrar como esses valores contribuíram para o desenvolvimento de uma mentalidade racional e empreendedora, que busca o lucro e a acumulação de riqueza como sinais de salvação.

Ao mesmo tempo, é examinado como a relação com a terra e sua posse e propriedade se transformou ao longo da história, desde as formas tradicionais de dominação feudal até as formas modernas de dominação legal-racional. Ele destaca as mudanças sociais, políticas e jurídicas que possibilitaram a

emergência do capitalismo agrário e industrial, bem como as consequências sociais e culturais dessa transformação. Weber oferece uma análise sociológica profunda e original da relação entre religião, economia e sociedade, que continua relevante até hoje.

Um terceiro autor que se destacou na abordagem da intervenção do Estado nas relações de propriedade foi Pierre Bourdieu, que desenvolveu uma teoria da prática social baseada na noção de campo. Para Bourdieu, o Estado é um campo específico de lutas simbólicas e materiais entre diferentes agentes sociais que disputam o poder e os recursos escassos. O Estado intervém nas relações de propriedade para produzir e reproduzir as formas de classificação e distinção social que legitimam a dominação de certos grupos sobre outros. O Estado é também um produtor de cultura e ideologia, que influencia as representações e as disposições dos agentes sociais.

Esses são apenas alguns dos autores que mais se destacam na abordagem da intervenção do Estado nas relações de propriedade, mas existem muitos outros que poderiam ser mencionados. O importante é reconhecer que esse é um tema complexo e controverso, que envolve diferentes dimensões da vida social e que requer uma análise crítica e reflexiva.

A intervenção do Estado nas relações de propriedade é um tema que tem gerado muitos debates na literatura econômica e jurídica brasileira. Alguns autores defendem que o Estado deve ter um papel ativo na regulação e na redistribuição da propriedade, visando garantir a justiça social, a eficiência econômica e a preservação do meio ambiente. Outros autores, porém, criticam a intervenção estatal, argumentando que ela viola os direitos individuais, gera insegurança jurídica e distorce os incentivos dos agentes econômicos.

Este torna-se um dos temas mais relevantes e controversos na economia política o papel do Estado na regulação e intervenção nas relações de propriedade. Diferentes escolas de pensamento defendem diferentes graus e formas de intervenção estatal, desde o liberalismo clássico que prega a mínima interferência do Estado nos direitos de propriedade privada, até o socialismo que defende a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a planificação central da economia.

A gênese da questão da terra e da propriedade privada no Brasil

No Brasil, há diversos autores que se dedicaram a estudar e analisar as relações entre o Estado e a propriedade, tanto do ponto de vista histórico quanto teórico. Alguns progressistas e outros conservadores retrogrado, com uma síntese de seus pensamentos e de suas teses, os que mais se destacam na abordagem desse tema são:

Fábio Konder Comparato, que defende a função social da propriedade e a necessidade de uma reforma agrária ampla e participativa, como forma de democratizar o acesso à terra e promover o desenvolvimento rural sustentável.

Eros Roberto Grau, que sustenta que a propriedade é um direito fundamental, mas que deve ser exercido de acordo com os valores constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade e o equilíbrio ecológico.

José Afonso da Silva, que propõe uma concepção pluralista da propriedade, reconhecendo as diversas formas de apropriação coletiva e individual dos bens, como a propriedade indígena, quilombola, urbana e rural.

André Lara Resende, que propõe uma revisão crítica da teoria econômica ortodoxa e defende uma maior intervenção do Estado na gestão da moeda, do crédito e da dívida pública, bem como na promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

Laura Carvalho, que analisa os impactos das políticas macroeconômicas e sociais implementadas pelos governos do PT na redução da desigualdade e na ampliação dos direitos sociais, bem como os desafios e limites enfrentados pelo modelo de desenvolvimento baseado no consumo de massas e na expansão do crédito.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, que desenvolve a teoria da nova dependência estrutural e defende a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento que combine a industrialização, a integração regional, a reforma tributária e a democracia social.

Pedro Paulo Zahluth Bastos, que investiga as origens e as consequências da financeirização da economia brasileira e mundial, bem como as alternativas possíveis para superar a crise financeira e construir um novo paradigma econômico mais inclusivo e democrático.

Ricardo Antunes, que examina as transformações do mundo do trabalho no contexto do capitalismo globalizado e neoliberal, bem como as formas de resistência e de organização dos trabalhadores frente à precarização, à terceirização e à uberização do trabalho.

A propriedade privada é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, mas não é um direito absoluto. A propriedade privada deve atender à sua função social e ambiental, conforme previsto nos artigos 5º, XXIII, e 170, III, da Carta Magna. Isso significa que o proprietário deve usar a sua propriedade de forma racional, produtiva, sustentável e compatível com o bem-estar da coletividade. A função social e ambiental da propriedade privada visa harmonizar os interesses individuais e coletivos, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

O Brasil rural e suas complexidades, uma história de dominações

O Estado e a Política Fundiária no Brasil são temas complexos e controversos, que envolvem diversos atores sociais, interesses econômicos, conflitos agrários, questões ambientais e direitos humanos. Este texto, procura apresentar uma breve história da formação fundiária brasileira, os principais marcos legais e institucionais que regulam a matéria, os desafios e as propostas para uma reforma agrária justa e sustentável.

A formação fundiária brasileira tem origem no período colonial, quando a Coroa Portuguesa concedia grandes extensões de terra aos seus súditos, chamadas de sesmarias. Essas terras eram destinadas ao cultivo de produtos agrícolas para exportação, como açúcar, algodão e café, e à exploração de recursos naturais, como ouro e diamantes. Os sesmeiros tinham o direito de uso e posse das terras, mas não a propriedade plena, que pertencia ao Estado. Além disso, eles deveriam cumprir algumas obrigações, como cultivar as terras, pagar impostos e respeitar os limites das terras indígenas.

Com a independência do Brasil em 1822, o sistema de sesmarias foi abolido e iniciou-se um processo de privatização das terras públicas. A Lei de Terras de 1850 estabeleceu que as terras devolutas (que não tinham dono) só poderiam ser adquiridas por meio de compra e venda, e não mais por ocupação ou doação. Essa lei favoreceu os grandes proprietários rurais, que já tinham acumulado terras por meio de títulos ou de grilagem (falsificação de documentos), e excluiu os pequenos agricultores, os trabalhadores rurais sem-terra, os quilombolas e os indígenas.

O Brasil é o último país a abolir a escravidão, o celeiro do mundo onde pessoas passam fome, a terra dos contrastes, “livro do sociólogo Francês Roger Bastide (1964)”, um dos últimos países latino-americanos a instituir sua universidade, o país de muitas oportunidades, mas de pouco acessos ou acessos restritos, um dos poucos países a não terem completados o ciclo da reforma agrária.

As lutas pela terra um breve histórico

As lutas pela terra da colonização aos dias atuais é um tema complexo e multifacetado, que envolve aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e ambientais. A questão agrária brasileira tem suas raízes na forma como se deu a ocupação do território pelos colonizadores portugueses, que implantaram um modelo de exploração baseado na grande propriedade rural, na monocultura e no trabalho escravo. Esse modelo gerou uma profunda desigualdade social e espacial, que se perpetuou ao longo dos séculos, com a concentração de terras nas mãos de uma elite agrária e a exclusão de milhões de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

Essas lutas pela terra se manifestaram de diversas formas ao longo da história do Brasil, desde as resistências indígenas e quilombolas contra a

invasão colonial, passando pelas revoltas camponesas e as ligas agrárias no século XX, até os movimentos sociais do campo na atualidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros. Esses movimentos reivindicam não apenas a reforma agrária, ou seja, a redistribuição das terras improdutivas para os trabalhadores rurais, mas também uma mudança no modelo de desenvolvimento rural, que valorize a agricultura familiar, a agroecologia, a soberania alimentar e os direitos humanos.

Os diversos obstáculos e desafios no campo como a violência e a criminalização dos movimentos sociais, a falta de vontade política dos governos para implementar a reforma agrária, os interesses do agronegócio e das corporações transnacionais, a degradação ambiental e as mudanças climáticas. Apesar disso, as lutas pela terra também são fontes de esperança e resistência, pois mostram que é possível construir um outro mundo rural, mais justo, democrático e sustentável.

A reforma que começou, mas foi esquecida, será que começou?

A reforma agrária no é um processo histórico, social e político que visa redistribuir a terra entre os trabalhadores rurais e garantir o acesso à produção, à educação, à saúde e à cidadania. No Brasil, a reforma agrária tem sido marcada por conflitos, resistências, avanços e retrocessos, dependendo do contexto econômico, das demandas sociais e das forças políticas em jogo.

A primeira tentativa de reforma agrária no Brasil ocorreu durante o governo de João Goulart (1961-1964), que propôs um plano de reformas de base que incluía a desapropriação de latifúndios improdutivos para fins sociais. No entanto, esse plano enfrentou forte oposição dos setores conservadores da sociedade, que acusavam Goulart de ser comunista e de querer implantar uma ditadura no país. Em 1964, um golpe militar derrubou Goulart e iniciou um regime autoritário que durou até 1985. Durante esse período, a reforma agrária foi praticamente abandonada pelo governo, que privilegiou a modernização da agricultura empresarial e a integração do mercado interno ao externo.

A retomada da reforma agrária no Brasil se deu com o processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980. Nesse contexto, surgiram diversos movimentos sociais que reivindicavam a democratização da terra e a garantia dos direitos dos trabalhadores rurais. O principal deles foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que realizava ocupações de terras improdutivas para pressionar o governo a realizar a reforma agrária. Em 1988, a Constituição Federal reconheceu a função social da propriedade e estabeleceu que as terras improdutivas deveriam ser destinadas à reforma agrária. No entanto, a implementação dessa norma enfrentou

diversos obstáculos jurídicos, políticos e econômicos, além da violência dos latifundiários e dos grupos paramilitares.

A reforma agrária no Brasil, portanto, não pode ser vista como um evento isolado, mas como um processo contínuo e complexo, que envolve diferentes atores sociais e interesses em disputa. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, ainda há muito a ser feito para garantir uma distribuição mais justa e equitativa da terra no país e para promover o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

No mundo, existem diferentes experiências de reforma agrária, que variam conforme o contexto histórico, político e econômico de cada país. Alguns países que já realizaram reformas agrárias significativas são: China, Vietnã, Cuba, Coreia do Sul, Japão, Taiwan, México, Bolívia e África do Sul. Por outro lado, alguns países que ainda não fizeram ou fizeram de forma insuficiente são: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina, Colômbia, Peru e Índia.

Os avanços do capital no campo e seu tão propalado desenvolvimento, desenvolvimento de quem?

Ao longo do século XX, o Brasil passou por diversas transformações econômicas, sociais e políticas que afetaram a questão fundiária. A industrialização, a urbanização, a modernização da agricultura, a expansão da fronteira agrícola, a ditadura militar, a redemocratização e a globalização foram alguns dos fatores que influenciaram a distribuição e o uso da terra no país. Nesse contexto, surgiram diversos movimentos sociais que reivindicavam uma reforma agrária, ou seja, uma reorganização da estrutura fundiária que garantisse o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços para a questão fundiária no Brasil. Ela reconheceu o direito à terra dos povos indígenas e dos remanescentes de quilombos, determinou que as propriedades rurais deveriam cumprir uma função social (produtiva, ambiental e social) e previu a desapropriação por interesse social das propriedades que não cumprissem essa função. Além disso, ela criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela execução da política fundiária nacional.

Apesar dos avanços legais e institucionais, a questão fundiária no Brasil ainda saiu do papel, ou seja, os avanços são lentos e a falta de instrumentalização legal infraconstitucional são os principais entraves para a sua consecução real. Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (2017), o Brasil possui cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários em uma área total de 350 milhões de hectares. Desse total, 1% dos estabelecimentos ocupam 47% da área total, enquanto 77% dos estabelecimentos ocupam apenas 14% da área total. Esses dados revelam a alta concentração fundiária no país, que

gera desigualdades sociais e econômicas, violência no campo, êxodo rural e problemas ambientais.

Para enfrentar esses desafios, é preciso fortalecer a política fundiária nacional, com base nos princípios constitucionais e nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Algumas propostas para uma reforma agrária justa e sustentável são: ampliar o orçamento e a capacidade operacional do INCRA; agilizar os processos de regularização fundiária dos povos indígenas, dos quilombolas e dos assentados da reforma agrária; fiscalizar e punir as práticas de grilagem, de trabalho escravo e de violação dos direitos humanos no campo; incentivar a agricultura familiar, a agroecologia e a segurança alimentar; promover a participação social e o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na questão fundiária.

Quatro itens são necessários para a consolidação da regularização fundiária no Brasil:

1 - O Estado brasileiro é responsável por regular e administrar o uso e a distribuição da terra no país, de acordo com os princípios constitucionais e as leis vigentes.

2 - A política fundiária é o conjunto de normas, instrumentos e ações que visam garantir o acesso à terra, a segurança jurídica da posse, a regularização fundiária, a reforma agrária, a ordenação territorial e o desenvolvimento rural sustentável.

3 - A política fundiária no Brasil enfrenta diversos desafios, como a concentração fundiária, os conflitos agrários, a grilagem de terras, a especulação imobiliária, a violação dos direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais, a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

4 - Para superar esses desafios, é necessário fortalecer o papel do Estado como gestor do território nacional, ampliar o diálogo e a participação social nos processos de formulação e implementação da política fundiária, garantir recursos financeiros e humanos adequados para as instituições responsáveis pela gestão fundiária, promover a integração e a articulação das políticas públicas relacionadas à terra, e monitorar e avaliar os resultados e os impactos da política fundiária na sociedade e no meio ambiente.

A política fundiária e a dinâmica agrária no Brasil também são influenciadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país, baseado na monocultura, no agronegócio, na exportação e no uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos. Esse modelo privilegia os grandes produtores rurais, que recebem incentivos fiscais, créditos subsidiados e infraestrutura adequada, enquanto exclui os pequenos agricultores familiares, que são responsáveis por produzir a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira. Além disso, esse modelo gera impactos ambientais negativos, como o desmatamento, a erosão do solo, a contaminação da água e a perda da biodiversidade.

O agronegócio e seu tão falado slogan “O agro é: “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Ele foi criado pela agência África em 2017 para a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG, 2023) e tem como objetivo mostrar a diversidade e a modernidade do agro brasileiro, que vai além da produção de alimentos e envolve também tecnologia, cultura, sustentabilidade e inovação. O slogan se tornou um sucesso e foi adotado por diversas entidades e empresas ligadas ao setor, além de ser veiculado em diferentes mídias, como TV, rádio, internet e redes sociais. O slogan também gerou polêmica e críticas de alguns setores da sociedade que questionam o modelo de desenvolvimento do agro brasileiro e seus impactos sociais e ambientais.

Este pode ser “tech” de tecnológico, sim utiliza a tecnologia para melhorar a sua produtividade, embora esta esteja eivada de problemas como: utilização agrotóxicos prejudiciais ao meio ambiente e aos seres humanos, e alguns até banidos de alguns países, o uso extensivo de maquinários que mais danificam o meio ambiente em contrapartida aos seus altos desempenho produtivos.

Será mesmo “pop”? Como se a maior parte da população não faz parte do seu mundo, e muitos não sabem o que o mesmo representa. Será mesmo tão popular com os trabalhadores acidentados em suas máquinas produtivas e expostos aos agrotóxicos utilizados na sua esteira de produção? Como também os que se submetem ao trabalho por um salário vergonhoso e em alguns casos de serviços análogos a escravidão? Afinal conforme dado é responsável por cerca de 25% do PIB e por mais de 40% das exportações.

É uma falácia dizer que gera empregos, e que venha a contribuir para a segurança alimentar de um país que de acordo com Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 36,7% dos domicílios brasileiros estavam em algum grau de insegurança alimentar, o que corresponde a cerca de 84,9 milhões de pessoas. Desse total, 10,3% dos domicílios estavam em insegurança alimentar grave, ou seja, com restrição severa de alimentos ou fome, afetando 25,3 milhões de pessoas. Esses números revelam a gravidade do problema e a urgência de políticas públicas efetivas para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável para todos os brasileiros, onde está o agro neste contexto, mais para aumentar estes números que para diminuí-lo ou até excluí-lo? Fica a pergunta no ar.

Não será necessário confirmar a falácia que o mesmo seja “tudo”, a respostas acima já dizem por si só qual é o “tudo” que realmente o mesmo provoca.

Concepções históricas e sociológicas da formação da sociedade agrária brasileira

A formação da sociedade agrária brasileira é um tema complexo e multifacetado, que envolve diferentes concepções históricas e sociológicas.

Uma das concepções mais influentes é a de que a sociedade agrária brasileira se originou a partir da colonização portuguesa, que implantou um sistema de exploração baseado na grande propriedade rural, na monocultura de exportação e na escravidão. Essa concepção enfatiza o papel do latifúndio e da elite agrária na estruturação da sociedade, da economia e da política do Brasil, bem como as consequências sociais e ambientais desse modelo, como a concentração de terras, a desigualdade, a violência, o êxodo rural e o desmatamento.

A segunda concepção histórica e sociológica da formação da sociedade agrária brasileira é a de que ela resultou de um processo de resistência e adaptação dos povos indígenas, africanos e mestiços à colonização portuguesa. Essa concepção destaca as formas de organização social, cultural e produtiva desses grupos, que se baseavam na diversidade, na cooperação, na reciprocidade e na sustentabilidade. Essa concepção também ressalta as lutas e os conflitos desses grupos contra a dominação colonial e latifundiária, bem como as suas contribuições para a formação da identidade e da cultura brasileiras.

A terceira concepção histórica e sociológica da formação da sociedade agrária brasileira é a de que ela foi marcada por uma série de transformações ao longo do tempo, que envolveram mudanças nas relações de trabalho, nas formas de produção, nas políticas públicas e nos movimentos sociais. Essa concepção analisa as diferentes fases históricas da sociedade agrária brasileira, desde o período colonial até os dias atuais, considerando os seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Essa concepção também aborda os desafios e as perspectivas da sociedade agrária brasileira no contexto atual de globalização, urbanização e desenvolvimento sustentável.

Um dos temas mais importantes para o estudo da história e da sociologia do Brasil é a formação da sociedade agrária brasileira, que se caracteriza pela concentração da terra, da renda e do poder nas mãos de uma elite rural. Vários autores se dedicaram a analisar as origens e as consequências desse modelo de desenvolvimento, que tem raízes no período colonial e se mantém até os dias atuais. Entre eles, podemos destacar:

Gilberto Freyre: autor de *Casa-Grande & Senzala*, obra que enfatiza a influência da cultura portuguesa, africana e indígena na formação da sociedade brasileira, destacando o papel da família patriarcal e do sistema escravista na organização social e econômica do país. Freyre foi um dos mais influentes intelectuais brasileiros do século XX, que se dedicou ao estudo da formação social e cultural do país. Uma das suas principais contribuições foi a análise da questão da terra, que ele abordou em diversas obras, como *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste*. Freyre defendia que a terra era um elemento fundamental para a compreensão da identidade nacional, pois ela moldava as relações entre as diferentes classes, raças e regiões.

Também criticava o modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e na exploração predatória dos recursos naturais, que gerava desigualdades sociais e ambientais. Freyre propunha uma reforma agrária que valorizasse a diversidade cultural e ecológica do Brasil, respeitando as tradições locais e promovendo a integração entre o campo e a cidade.

Caio Prado Júnior: autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, obra que analisa a colonização do Brasil como um processo de exploração econômica voltado para o mercado externo, que gerou uma estrutura agrária baseada no latifúndio e na monocultura, impedindo o desenvolvimento de uma economia diversificada e integrada. Foi um dos mais importantes historiadores e geógrafos brasileiros, que se dedicou ao estudo da formação social e econômica do Brasil. Em suas obras, ele abordou a questão da terra como um elemento central para compreender a realidade brasileira, desde o período colonial até o século XX. Segundo ele, a terra foi o principal recurso explorado pelos colonizadores portugueses, que buscavam extrair o máximo de riqueza possível, sem se preocupar com o desenvolvimento sustentável do território. Essa lógica predatória e mercantilista marcou a estrutura agrária brasileira, baseada na grande propriedade monocultora e escravista, que excluía a maioria da população do acesso à terra e aos benefícios da produção. Caio Prado Júnior defendia que a reforma agrária era uma medida necessária e urgente para superar o atraso e a desigualdade social no Brasil, pois permitiria uma melhor distribuição da renda e da riqueza, além de estimular a diversificação e a modernização da agricultura nacional.

Florestan Fernandes: autor de *A Revolução Burguesa no Brasil*, obra que critica a visão de que o Brasil teria passado por uma transição pacífica e gradual do feudalismo para o capitalismo, defendendo que houve uma revolução burguesa incompleta e conservadora, que manteve as relações de dominação e dependência entre as classes sociais. Florestan Fernandes foi um sociólogo brasileiro que se dedicou ao estudo das relações sociais no Brasil, especialmente as que envolviam a questão agrária. Ele defendia que a reforma agrária era uma necessidade histórica para superar o atraso e a desigualdade social no país, que eram frutos de uma estrutura fundiária marcada pelo latifúndio e pela exploração do trabalho rural. Para ele, a democratização da terra era uma condição para a emancipação dos camponeses e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária. Florestan Fernandes também criticava o papel do Estado na manutenção do status quo agrário, que favorecia os interesses das elites rurais em detrimento dos direitos dos trabalhadores do campo. Ele denunciava a violência e a repressão que eram usadas para conter os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Florestan Fernandes foi um intelectual engajado e comprometido

com as causas populares, que contribuiu para a formação de uma consciência crítica sobre a realidade brasileira.

José de Souza Martins: autor de *O Cativo da Terra*, obra que aborda a questão agrária no Brasil a partir de uma perspectiva histórica e sociológica, mostrando como a violência, a expropriação e a marginalização dos trabalhadores rurais foram constantes na formação e na transformação da sociedade agrária brasileira. José de Souza Martins é um sociólogo brasileiro que se dedicou ao estudo da questão da terra no Brasil. Em suas obras, ele analisa as origens históricas, as contradições sociais e as lutas políticas em torno da propriedade e do uso da terra no país. Ele defende que a questão da terra é central para entender a formação e a transformação da sociedade brasileira, pois envolve aspectos econômicos, culturais, ambientais e jurídicos. Martins também critica as políticas públicas que favorecem o latifúndio, a concentração fundiária e a violência no campo, e propõe alternativas para uma reforma agrária democrática e sustentável.

Rui Facó foi um jornalista, escritor e militante político brasileiro que se destacou por sua atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Em seu livro *"Cangaceiros e Fanáticos"*, publicado em 1963, ele analisa a questão da terra no Nordeste brasileiro, mostrando como a estrutura fundiária desigual e a violência dos latifundiários geraram movimentos de resistência popular, como o cangaço e o messianismo. Facó defendia a reforma agrária como uma medida necessária para superar o subdesenvolvimento e a miséria da região, e criticava o papel das elites políticas e religiosas que se aliavam aos grandes proprietários de terra para explorar e oprimir os camponeses. Facó morreu em 1964, em um acidente de avião, quando voltava de uma viagem à China, onde havia entrevistado Mao Tsé-Tung.

Alberto Passos Guimarães em seu livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, considerado uma obra clássica da sociologia brasileira que analisa a formação e a persistência do latifúndio como um sistema econômico, social e político no Brasil. O autor traça um panorama histórico desde o período colonial até o século XX, mostrando como o latifúndio se adaptou às mudanças políticas e econômicas, mas manteve sua essência de exploração da terra, do trabalho e do poder. Guimarães defende que o latifúndio é um entrave ao desenvolvimento nacional e à democracia, pois impede a distribuição de renda, a diversificação produtiva, a modernização tecnológica e a participação política dos trabalhadores rurais. O livro é uma referência obrigatória para quem quer entender a questão agrária no Brasil e suas implicações sociais, culturais e ambientais.

Um dos temas centrais da sociologia é a intervenção do Estado nas relações de propriedade e os seus efeitos sobre a estrutura social. Diferentes autores têm abordado essa questão sob diferentes perspectivas teóricas e históricas,

buscando compreender as origens, as formas e as consequências da ação estatal sobre a propriedade privada e coletiva. Procurou-se destacar alguns dos autores que mais se debruçaram nessa abordagem, bem como as suas principais contribuições e críticas.

Como também em todos os autores vimos a propagação da ideia da falta de uma “reforma agrária” como uma das maiores causas do atraso e descompasso do desenvolvimento rural brasileiro. É a questão da acumulação e apropriação de terra, gerando todo este descompasso e a ruptura da organização social do campo.

A política fundiária a dinâmica agrária e a insegurança alimentar e a exclusão social

A política fundiária é o conjunto de normas e ações que regulam a posse, o uso e a distribuição da terra no país. A dinâmica agrária é o processo histórico e social que envolve as relações entre os agentes que atuam no espaço rural, como os proprietários de terras, os trabalhadores rurais, os movimentos sociais, o Estado e o mercado. A política fundiária e a dinâmica agrária no Brasil têm uma relação direta com a fome e a exclusão social, pois refletem as desigualdades e os conflitos que marcam a história do campo brasileiro.

A insegurança alimentar é uma situação em que as pessoas não têm acesso suficiente a alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente adequados. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 690 milhões de pessoas no mundo sofrem de fome crônica, o que representa 8,9% da população mundial. Além disso, estima-se que mais de 2 bilhões de pessoas enfrentam algum grau de insegurança alimentar moderada ou grave, o que significa que não têm acesso regular a alimentos suficientes.

A insegurança alimentar é causada por vários fatores, como pobreza, conflitos, desastres naturais, mudanças climáticas, desperdício de alimentos, desigualdades sociais e econômicas, entre outros. A insegurança alimentar tem graves consequências para a saúde, o desenvolvimento, a educação e os direitos humanos das pessoas afetadas. Por isso, é fundamental que se adotem medidas urgentes para garantir o direito à alimentação adequada para todos e todas, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No Brasil, a insegurança alimentar afeta milhões de pessoas, especialmente as mais pobres e vulneráveis. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 36,7% dos domicílios brasileiros estavam em algum grau de insegurança alimentar, o que corresponde a cerca de 84,9 milhões de pessoas. Desse total,

10,3% dos domicílios estavam em insegurança alimentar grave, ou seja, com restrição severa de alimentos ou fome, afetando 25,3 milhões de pessoas. Esses números revelam a gravidade do problema e a urgência de políticas públicas efetivas para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável para todos os brasileiros.

A fome é a condição de privação de alimentos que afeta a saúde e a dignidade das pessoas. A exclusão social é a situação de marginalização e discriminação que impede o acesso aos direitos e às oportunidades de participação na sociedade. Ambas são expressões da pobreza e da injustiça social que atingem milhões de brasileiros, especialmente os que vivem no meio rural.

Segundo dados do IBGE, em 2019, cerca de 10,3 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, sendo 7 milhões na área rural. Além disso, o índice de Gini, que mede a concentração de renda, era de 0,55 no país, sendo 0,59 na área rural, indicando um alto grau de desigualdade.

A política fundiária e a dinâmica agrária no Brasil são marcadas por uma estrutura fundiária concentrada, ou seja, poucos detêm grandes extensões de terra, enquanto muitos não têm acesso à terra ou possuem pequenas parcelas. Essa situação é resultado de um processo histórico que remonta à colonização portuguesa, quando se estabeleceu o sistema de sesmarias, que concedia terras aos colonos fiéis à Coroa.

Ao longo dos séculos, essa estrutura se manteve e se reproduziu, com a expansão da fronteira agrícola, a valorização das terras, a especulação imobiliária, a grilagem, a violência e a corrupção.

A política fundiária e a dinâmica agrária no Brasil também são influenciadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país, baseado na monocultura, no agronegócio, na exportação e no uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos. Esse modelo privilegia os grandes produtores rurais, que recebem incentivos fiscais, créditos subsidiados e infraestrutura adequada, enquanto exclui os pequenos agricultores familiares, que são responsáveis por produzir a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Além disso, esse modelo gera impactos ambientais negativos, como o desmatamento, a erosão do solo, a contaminação da água e a perda da biodiversidade.

A política fundiária e a dinâmica agrária no Brasil enfrentam diversos desafios para superar a fome e a exclusão social no campo. Entre eles, estão: a realização da reforma agrária, que consiste na redistribuição das terras improdutivas ou ilegalmente ocupadas para os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; o fortalecimento da agricultura familiar, que implica em garantir assistência técnica, crédito facilitado, segurança jurídica e acesso aos

mercados para os pequenos produtores rurais; a promoção da agroecologia, que envolve o uso sustentável dos recursos naturais e o respeito à diversidade cultural e biológica; e a ampliação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, que incluem o combate ao desperdício de alimentos, o incentivo à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e orgânicos e o apoio às redes de economia solidária.

As visões e teses no contexto da construção do estado agrário brasileiro

A questão agrária na visão José de Souza Martins em "O cativo da terra", é que as relações sociais e históricas que envolvem a questão agrária no Brasil, estão em relação direta historicamente falando com o conceito da apropriação da terra, através da forma de colonização estabelecida no Brasil.

A ideia central é que a terra é um bem coletivo, que pertence a todos os que nela trabalham, mas que foi apropriada por uma elite latifundiária que impôs um regime de exploração e violência sobre os camponeses.

Martins mostra como esse processo de expropriação e dominação se iniciou na colonização portuguesa e se perpetuou ao longo dos séculos, gerando conflitos, resistências e movimentos sociais pela reforma agrária.

É abordado as transformações recentes no campo, como a modernização da agricultura, a expansão do agronegócio, a migração rural-urbana e os impactos ambientais e culturais da monocultura.

Já PEREIRA (2015), analisa a evolução histórica da reforma agrária no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, destacando os principais fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram as políticas públicas voltadas para a redistribuição de terras.

É argumentado que a reforma agrária brasileira sempre foi marcada por uma tensão entre o papel do Estado e do mercado na definição dos critérios, dos beneficiários e dos recursos destinados à sua implementação.

A partir de uma perspectiva crítica, o autor avalia os limites e os desafios da reforma agrária no contexto atual de globalização, neoliberalismo e concentração fundiária, e propõe alternativas para fortalecer o movimento social pela democratização da terra e da agricultura no país.

Segundo IANNI (2004). Coloca em discussão as origens agrárias, enfatizando o papel das elites agrárias na sua formação e consolidação. Ele argumenta que o Estado brasileiro é resultado de um longo processo de colonização, exploração e dominação, que teve como base a grande propriedade rural e a escravidão.

O autor mostra como as relações entre os senhores de terra, os escravos, os colonos, os indígenas e os agentes da Coroa portuguesa moldaram a estrutura política, econômica e social do Brasil, desde o período colonial até a República.

É também destacado as contradições e conflitos que marcaram esse processo, como as rebeliões, as guerras, as revoltas e as revoluções, que expressavam as tensões entre os diferentes grupos e classes sociais.

A conclusão é que o Estado brasileiro é uma instituição que reflete e reproduz os interesses das elites agrárias, que sempre exerceram um grande poder e influência sobre a sociedade brasileira.

MAESTRI (2004), faz uma análise da formação da sociedade brasileira a partir da obra de Gilberto Freyre, enfocando sua interpretação sobre a formação e a decadência da sociedade patriarcal escravista no Brasil. É destacado as principais contribuições e limitações do pensamento freyriano, bem como sua influência na historiografia brasileira.

Segundo Maestri, Freyre foi um dos primeiros a reconhecer a importância da cultura africana na constituição da identidade nacional, mas também reproduziu alguns estereótipos e preconceitos sobre os negros e os indígenas.

Além disso, Freyre idealizou a harmonia racial e social do período colonial, ignorando os conflitos e as contradições gerados pela escravidão. Por fim, o artigo discute como Freyre retratou a transição do sistema escravista para o capitalista, enfatizando a crise do patriarcado rural e o surgimento de novas formas de dominação e resistência nas cidades.

CASTRO (1980), no livro Geografia da fome uma obra pioneira e fundamental para o estudo da questão alimentar no Brasil e no mundo. O autor analisa as causas e as consequências da fome, considerando os aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais que determinam a distribuição desigual dos alimentos entre as diferentes regiões e classes sociais.

Concebida a tese que a fome é um problema estrutural, que não pode ser resolvido apenas com medidas assistencialistas ou tecnológicas, mas que exige uma transformação radical das relações de poder e de produção.

É proposto o conceito de «dilema brasileiro», que consiste na escolha entre o desenvolvimento industrial, baseado na exportação de matérias-primas e na importação de alimentos, ou o desenvolvimento agrário, voltado para a soberania alimentar e a melhoria das condições de vida da população rural.

Castro alerta para os riscos de se optar pelo primeiro caminho, que levaria à dependência externa, à concentração de renda, à degradação ambiental e ao agravamento da fome.

Ele defende o segundo caminho, que implicaria em uma reforma agrária, em uma política de incentivo à agricultura familiar e em uma educação alimentar que valorizasse a diversidade e a qualidade dos produtos regionais.

DELGADO (2012), analisando a incursão do capital financeiro no mundo agrícola, emergindo os seus conceitos no mundo agrícola, surgindo o mundo do “agronegócio”, sendo estas as transformações ocorridas na agricultura

brasileira nas últimas cinco décadas, a partir da perspectiva do capital financeiro e da economia do agronegócio.

Há uma real mudança cíclica na forma de inserção do setor agrícola na dinâmica capitalista, passando de um modelo de modernização conservadora baseado no crédito rural subsidiado e na intervenção estatal, para um modelo de integração produtiva e comercial liderado pelas grandes empresas agroindustriais e financeiras.

Essa mudança implicou em uma reestruturação produtiva, tecnológica, territorial e social da agricultura, com impactos sobre a concentração de renda, a soberania alimentar e o meio ambiente.

É concluído que a economia do agronegócio representa uma nova fase do capitalismo agrário no Brasil, marcada pela hegemonia do capital financeiro e pela subordinação dos agricultores aos interesses das corporações transnacionais.

GUIMARÃES, (1981) em “Quatro Séculos de Latifúndio”, analisa a formação e a persistência do latifúndio como um sistema econômico, social e político no Brasil. É traçado um panorama histórico desde o período colonial até o século XX, mostrando como o latifúndio se adaptou às mudanças políticas e econômicas, mas manteve sua essência de exploração da terra, do trabalho e do poder.

É defendido que o latifúndio é um entrave ao desenvolvimento nacional e à democracia, pois impede a distribuição de renda, a diversificação produtiva, a modernização tecnológica e a participação política dos trabalhadores rurais.

O latifúndio é uma forma de propriedade rural caracterizada pela grande extensão de terra, pela baixa produtividade e pela concentração fundiária. No Brasil, o latifúndio tem origem na época colonial, quando as terras eram distribuídas pela Coroa Portuguesa aos seus aliados e favorecidos. Essa prática se manteve ao longo dos séculos, gerando uma estrutura agrária desigual e injusta, que excluiu os pequenos e médios produtores do acesso à terra e aos recursos naturais.

Para referenciar quatro séculos de latifúndio no Brasil, é preciso considerar os diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e sociais que marcaram cada período, a seguir demonstrado:

- No século XVI, o latifúndio estava associado à exploração do pau-brasil e à produção açucareira, baseada no trabalho escravo indígena e africano.
- No século XVII, o latifúndio se expandiu para o interior do país, com a pecuária extensiva e as bandeiras.
- No século XVIII, o latifúndio se beneficiou da mineração do ouro e dos diamantes, que aumentou a demanda por alimentos e mão de obra.

- No século XIX, o latifúndio se consolidou com o café, que se tornou o principal produto de exportação do país, sustentando o Império e a República Velha.

O latifúndio, portanto, foi um elemento estruturante da sociedade brasileira, que influenciou as relações de poder, de trabalho, de cultura e de identidade nacional. O latifúndio também foi um fator de conflito e de resistência, que gerou diversas formas de luta pela terra e pela reforma agrária. O latifúndio, enfim, é uma herança histórica que ainda persiste no Brasil contemporâneo, desafiando a democracia e o desenvolvimento sustentável.

Na visão de FURTADO (2007), a ocupação econômica das terras americanas foi um resultado da expansão comercial da Europa. Diferentemente de outros casos históricos, não se deveu a fatores demográficos ou políticos que empurrassem as populações para fora de seus territórios originais.

A Europa do século XV vivia um intenso crescimento do comércio interno, mas enfrentava dificuldades para manter as rotas comerciais com o Oriente, bloqueadas pelos turcos otomanos. A busca por novos caminhos para o comércio oriental foi o principal motivo das grandes navegações que levaram à descoberta das Américas.

No entanto, esse continente não despertou muito interesse dos portugueses no início, pois eles estavam mais voltados para a exploração da África e da Ásia.

É destacado o papel das atividades exportadoras, da política fiscal, da distribuição de renda, da industrialização e do planejamento econômico na ocupação e na transformação do território nacional.

O sucesso da primeira grande empreitada colonial agrícola da Europa foi possibilitado por uma combinação de fatores especialmente favoráveis. Os portugueses já tinham experiência na produção de uma das especiarias mais valorizadas no mercado europeu: o açúcar.

Eles já cultivavam essa cultura há algumas décadas nas ilhas do Atlântico, em uma escala relativamente grande. Essa experiência foi muito importante, pois além de resolver os problemas técnicos relacionados à produção do açúcar, estimulou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros.

Considerando as dificuldades que existiam na época para aprender qualquer técnica de produção e as restrições que havia para exportação de equipamentos, fica fácil entender que, sem o avanço técnico de Portugal nesse setor, o sucesso da empreitada brasileira teria sido mais difícil ou mais demorado.

A experiência das ilhas do Atlântico também teve uma grande significação no campo comercial. Tudo indica que o açúcar português entrou inicialmente nos canais tradicionais controlados pelos comerciantes das cidades italianas.

Um dos temas centrais discutido no início do século XV, e que levou à descoberta e à colonização do território brasileiro, que se inseriu na divisão internacional do trabalho como fornecedor de produtos tropicais. A empresa agrícola, baseada na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo, foi o principal instrumento de ocupação e exploração das terras brasileiras, gerando uma estrutura social e econômica desigual e dependente.

Essa forma de ocupação territorial condicionou o desenvolvimento econômico do Brasil, limitando as possibilidades de industrialização e diversificação produtiva.

A análise dos fundamentos econômicos da ocupação territorial do Brasil e a formação econômica brasileira foi marcada por três ciclos principais:

- Ciclo do açúcar: expansão da fronteira agrícola no Nordeste, concentração da renda e do poder nos senhores de engenho, dependência do mercado europeu;
- Ciclo do ouro: expansão da fronteira agrícola no Centro-Sul, concentração da renda e do poder nos mineradores, dependência do mercado europeu;
- Ciclo do café: expansão da fronteira agrícola no Sudeste, concentração da renda e do poder nos fazendeiros, dependência do mercado europeu;

Houve fatores de êxito da empresa agrícola no Brasil, estas foram:

- Disponibilidade de terras férteis e baratas
- Exploração do trabalho escravo ou semiescravo
- Adaptação às condições climáticas e ecológicas
- Especialização em produtos de alta demanda internacional
- Articulação com os centros comerciais e financeiros da Europa

Problemas estruturais gerados pelos fatores de êxito:

- Baixa produtividade
- Fragilidade frente às oscilações dos preços internacionais
- Desigualdade social e regional
- Degradação ambiental
- Falta de diversificação produtiva

Um dos aspectos dos mais importantes na colonização portuguesa foi motivação da busca de lucros extraordinários, baseados no monopólio do comércio de produtos tropicais, como o açúcar, o ouro e o café. Essa lógica mercantilista levou à formação de uma estrutura produtiva dependente do mercado externo e de mão de obra escrava, que impediu o desenvolvimento de um mercado interno dinâmico e diversificado.

Além disso, o monopólio colonial restringiu a capacidade de inovação tecnológica e de acumulação de capital, tornando a economia brasileira vulnerável às flutuações da demanda e dos preços internacionais.

O monopólio foi uma estratégia de Portugal para garantir a exploração dos recursos naturais e a transferência de renda para a metrópole, em um contexto de concorrência internacional e de dependência financeira. Além de que o monopólio afetou a estrutura produtiva, a distribuição de renda e a formação social do Brasil, gerando desequilíbrios regionais e subdesenvolvimento.

Em virtude da desarticulação do sistema, criando à incapacidade das estruturas produtivas e institucionais de se adaptarem às mudanças internas e externas, gerando desequilíbrios e crises. Neste contexto a ocupação territorial do Brasil foi marcada por uma série de desarticulações do sistema, que impediram o desenvolvimento pleno e integrado do país.

Segundo Furtado (2007) A ocupação territorial do Brasil foi determinada por interesses externos, que exploraram os recursos naturais e humanos do país, gerando uma estrutura produtiva dependente e desigual. Destacando também as tentativas de superação desse modelo, através de políticas de desenvolvimento regional e nacional, que enfrentaram resistências e limitações.

A ocupação territorial do Brasil resultou na desarticulação do sistema econômico, que se manifesta na fragmentação do mercado interno, na heterogeneidade estrutural e na vulnerabilidade externa.

Em uma análise comparativa entre as colônias de povoamento do hemisfério norte e as colônias de exploração do hemisfério sul na América. Fica bastante claro que as colônias de povoamento, como as estabelecidas nos Estados Unidos e no Canadá, tinham mais autonomia econômica, política e cultural em relação à Inglaterra e à França, que eram suas metrópoles. Já as colônias de exploração, como no Brasil e no Peru, eram subordinadas e dependentes de Portugal e da Espanha, que as exploravam para obter lucros.

Essas diferenças se originaram das condições históricas, geográficas e sociais de cada região, que determinaram o tipo de atividade produtiva, a forma de organização social e a relação com o mercado mundial. Por exemplo, as colônias de povoamento se baseavam na agricultura familiar, no comércio interno e na indústria manufatureira, enquanto as colônias de exploração se baseavam na monocultura exportadora, na mineração e no trabalho escravo.

Nas análises das diferenças entre as colônias de povoamento do hemisfério norte e as colônias de exploração do hemisfério sul na América. As colônias de povoamento se caracterizaram por uma maior autonomia econômica, política e cultural em relação à metrópole, enquanto as colônias de exploração foram submetidas a um sistema de dependência e subordinação.

É explicado como que essas diferenças se originaram das condições históricas, geográficas e sociais de cada região, que determinaram o tipo de atividade produtiva, a forma de organização social e a relação com o mercado mundial.

É visivelmente mostrado que as primeiras tinham mais liberdade e autonomia do que as segundas, eram controladas e exploradas pela metrópole. As diferenças entre esses dois tipos de colônia se devem a vários fatores, como o clima, a geografia, a população, a economia e a política. Esses fatores influenciaram o modo de produção, a organização social e a inserção no mercado mundial de cada colônia.

Os principais fatores que determinaram a formação e a evolução da economia colonial, desde o início da exploração do pau-brasil até o final do ciclo do ouro. É destacado o papel das metrópoles ibéricas, da escravidão indígena e africana, da monocultura exportadora, da mineração e da pecuária na configuração do espaço econômico brasileiro.

É também examinado as consequências sociais, políticas e culturais desses processos, bem como as resistências e as contradições que marcaram a história colonial.

Facó (1978), analisa a questão da terra como um dos fatores determinantes para o surgimento e a persistência do cangaço e do messianismo na região. A estrutura fundiária nordestina é marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários e que gerava uma situação de miséria e opressão para os trabalhadores rurais, os quais não tinham acesso à propriedade nem à cidadania.

Essa condição os levava a buscar alternativas de sobrevivência e de resistência, como o banditismo social dos cangaceiros ou a adesão aos movimentos religiosos liderados por profetas como Antônio Conselheiro e Padre Cícero. Esses fenômenos não eram expressões de atraso ou de ignorância, mas sim de rebeldia e de contestação ao sistema dominante.

É também apontado as contradições e os limites dessas formas de luta, que não conseguiam romper com a lógica da violência e da exploração. E somente uma reforma agrária que democratizasse o acesso à terra e aos direitos poderia superar os problemas históricos do Nordeste.

Oliveira (2007), aborda os temas como a colonização portuguesa, a escravidão, a independência, o Império, a República, a ditadura militar, a redemocratização e os desafios contemporâneos.

Abramovay (2004), apresenta uma análise crítica sobre o desenvolvimento das regiões rurais no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. É defendido que o modelo de modernização agrícola baseado na concentração de terras, na monocultura e no uso intensivo de insumos químicos e mecânicos não é capaz de promover o bem-estar social e ambiental das populações rurais. Pelo contrário, esse modelo gera exclusão, desigualdade, pobreza e degradação dos recursos naturais.

É proposta uma nova visão para o futuro das regiões rurais, baseada na diversificação produtiva, na valorização da cultura e do conhecimento local, na participação social e na gestão integrada do território. Onde é preciso reconhecer a pluralidade e a complexidade das realidades rurais, que não se limitam à produção agropecuária, mas envolvem também atividades não agrícolas, como o turismo, a educação, a saúde e a cultura.

Além disso, é preciso fortalecer as redes de cooperação e solidariedade entre os diferentes atores sociais que atuam no meio rural, como os agricultores familiares, os povos indígenas, os quilombolas, os assentados da reforma agrária, as organizações não governamentais, os movimentos sociais e os poderes públicos.

Conclui-se que o futuro das regiões rurais depende da construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que valorize a diversidade, a sustentabilidade e a cidadania dos sujeitos rurais.

Graziano (2001), a partir de uma perspectiva histórica e sociológica é analisada as transformações ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas. Ele mostra como o processo de modernização agrícola, iniciado na década de 1960, alterou profundamente a estrutura fundiária, a organização do trabalho, a produção e o consumo de alimentos, a relação entre o rural e o urbano, e as formas de resistência e mobilização dos trabalhadores rurais.

A constatação é que o Brasil vive hoje um novo rural, caracterizado pela diversidade e pela complexidade das atividades econômicas, sociais e culturais que se desenvolvem no espaço rural. Propondo uma nova abordagem teórica e metodológica para compreender essa realidade, que supera a dicotomia entre o agrário e o agrícola, e reconhece a importância dos atores sociais e das políticas públicas para a construção de um desenvolvimento rural sustentável e democrático.

O modo de produção capitalista, desde a colonização até os dias atuais é composto pelas diferentes formas de apropriação da terra e do trabalho, as relações entre o campo e a cidade, os conflitos sociais e as lutas pela reforma agrária. Os problemas causados pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural em sua maioria seletivas e protecionistas as elites e os impactos da globalização e da agroindústria sobre a agricultura familiar e camponesa.

É analisando a formação histórica do latifúndio, a expansão da fronteira agrícola, a modernização conservadora da agricultura, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária, que fica exposta a tese que o modo de produção capitalista na agricultura brasileira é marcado pela concentração fundiária, pela exploração do trabalho assalariado e pela dependência externa.

E que a reforma agrária é uma necessidade histórica para superar as contradições do capitalismo agrário e garantir o desenvolvimento econômico e social do país.

Ao analisar as teses dos autores acima citados, chega-se a uma conclusão de que os textos se entrelaçam e o discurso flui por uma ótica única dos que dissertam sobre as origens do período colonial aos dias atuais, e alguns que se detêm a período específico e outros que fazem uma análise mais extensa.

Sempre a demonstrar que o modo de produção capitalista, desde a colonização até os dias atuais, envolve diversas dinâmicas e contradições que afetam a estrutura agrária e a vida dos trabalhadores rurais.

- As diferentes formas de apropriação da terra e do trabalho, que variam desde o latifúndio monocultor e escravista até a agricultura familiar e agroecológica, passando pelo assalariamento rural e o cooperativismo;

- As relações entre o campo e a cidade, que se expressam na divisão social do trabalho, na migração, na urbanização, na industrialização e na integração de mercados;

- Os conflitos sociais e as lutas pela reforma agrária, que são movimentos de resistência e de reivindicação dos direitos dos trabalhadores rurais frente à concentração fundiária e à exclusão social;

- Os problemas causados pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, em sua maioria seletivas e protecionistas às elites, que privilegiam o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa, gerando desigualdades, violências e impactos ambientais;

- Os impactos da globalização e da agroindústria sobre a agricultura familiar e camponesa, que impõem novos desafios e oportunidades para os produtores rurais, como a inserção em cadeias produtivas, a certificação de qualidade, a diversificação de culturas e a valorização da identidade cultural.

Esses aspectos mostram que o modo de produção capitalista no campo é complexo e contraditório, exigindo uma análise crítica e uma atuação política dos sujeitos sociais envolvidos.

O mundo agrícola e o mundo agrário são conceitos que se referem a diferentes aspectos da relação entre a sociedade e o espaço rural. O mundo agrícola diz respeito às atividades produtivas que envolvem o cultivo da terra, a criação de animais e a extração de recursos naturais. O mundo agrário, por sua vez, diz respeito às formas de organização social, política e econômica que regulam o acesso, a posse e o uso da terra. Assim, o mundo agrícola está relacionado com os aspectos técnicos e materiais da produção rural, enquanto o mundo agrário está relacionado com os aspectos jurídicos e institucionais da propriedade rural.

Embora o que existem são dois mundo rural que se contradizem em forma filosófica, ideológica, operacional e de ativismo político, estes são o

mundo “Agrário” com o uso extensivo do latifúndio, das monoculturas, das altas tecnologias e do uso extensivo de defensivos agrícolas e pesticidas – agrotóxicos e mundo “Agrícola” com o uso dos minifúndios, utilizando sempre as policulturas e com baixo uso das altas tecnologias, não porque não lhe sejam necessárias, mas, devido a dificuldade de acessos a estas e seu alto custo, como também o uso de defensivos naturais e na sua maioria de adubação via compostagem.

Não é tratado o camponês, trabalhador da roça, a agricultura familiar de “Agrário”, como também não tratamos o latifúndio altamente mecanizado de “Agrícola”, para muitos estes termos e pejorativo e diminui o *status quo* do falado mundo agrário do agronegócio. Conforme Figura 1.

Figura 1 - Agrário e Agrícola.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A fome nos campos e nas cidades

A fome é um problema social grave que afeta milhões de pessoas no mundo todo. Mas será que ela é maior no campo ou na cidade? Essa é uma questão complexa que envolve diversos fatores, como a distribuição de renda, o acesso a alimentos, a infraestrutura, a educação, a saúde e o meio ambiente.

No campo, muitas famílias vivem da agricultura familiar, que é responsável por produzir grande parte dos alimentos consumidos no Brasil. No entanto, esses agricultores enfrentam dificuldades como a falta de crédito, de assistência técnica, de políticas públicas e de infraestrutura para escoar sua produção. Além disso, eles sofrem com os impactos das mudanças climáticas, das pragas e das doenças que afetam as lavouras. Esses fatores podem comprometer a segurança alimentar e nutricional dessas famílias, que muitas vezes não têm acesso a uma alimentação adequada e diversificada.

Na cidade, a fome também é um desafio, pois há uma grande desigualdade social e econômica entre as diferentes regiões urbanas. Muitas pessoas vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade, sem condições de comprar alimentos suficientes e de qualidade. Além disso, elas enfrentam problemas como a falta de saneamento básico, de moradia digna, de transporte público, de educação e de saúde. Esses fatores também afetam a segurança alimentar e nutricional dessas pessoas, que podem sofrer com a desnutrição, a obesidade e as doenças relacionadas à alimentação.

Uma análise da Tabela 1 mostra que a distribuição de terras no Brasil é desigual e injusta. A maior parte das terras está concentrada nas mãos de poucos proprietários, que usam a terra para o agronegócio e a pecuária extensiva, sem respeitar a função social da propriedade. Por outro lado, milhões de famílias sem terra vivem em condições precárias e lutam por uma reforma agrária que garanta o acesso à terra e à produção de alimentos. A tabela 1 revela que há um saldo de 120 milhões de hectares de terras improdutivas no país, que poderiam ser destinadas à reforma agrária. Considerando um módulo de 10 hectares por família, seria possível assentar 12 milhões de famílias, sendo que atualmente há 4 milhões de famílias sem terra. Portanto, há terras suficientes para realizar uma reforma agrária ampla e justa, que beneficiaria não apenas as famílias assentadas, mas também a sociedade brasileira, com a geração de emprego, renda e soberania alimentar.

Portanto, não há uma resposta simples para essa pergunta, pois a fome é um fenômeno multifatorial que depende do contexto histórico, social, econômico e ambiental de cada região. O que se pode afirmar é que tanto no campo quanto na cidade há pessoas que sofrem com a fome e que precisam de políticas públicas efetivas para garantir o seu direito humano à alimentação.

De acordo com o IBGE segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgados em maio de 2021, cerca de 10,3 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, passavam fome. Desse total, 7,1 milhões residiam em áreas urbanas e 3,2 milhões em áreas rurais. Portanto, em termos absolutos, a fome é maior na cidade do que no campo.

Tabela 1 - Distribuição de terras no Brasil.

Brasil	800.000.000	Hectare
Reserva legal / bens / uso	440.000.000	Hectare
Saldo	360.000.000	Hectare
Agronegócios	60.000.000	Hectare
Agricultura familiar e MST	20.000.000	Hectare
Saldo	280.000.000	Hectare
Pecuária extensiva	160.000.000	Hectare
Saldo - terra improdutivas	120.000.000	Hectare
Reforma agrária	12.000.000	Família
Relação terras improdutivas em relação a famílias		
Milhões de famílias sem terra	4.000.000	Família
Modulo em hectare	10	Hectare
Hectares total	40.000.000	Hectare
Saldo em hectare	80.000.000	Hectare
Saldo em família	8.000.000	Família
INCRA/IBGE/MST		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

No entanto, em termos proporcionais, a situação se inverte. A taxa de insegurança alimentar grave foi de 6% na área urbana e de 9% na área rural. Isso significa que a população rural está mais vulnerável à fome do que a população urbana. Alguns dos motivos que explicam essa diferença são: a menor renda média dos trabalhadores rurais; a maior dependência da agricultura familiar, que sofre com as variações climáticas e os problemas de infraestrutura; a menor oferta e acesso a serviços públicos de saúde, educação e assistência social; e a maior dificuldade de acesso aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Faltou trazer a história do campo, principalmente dos pequenos agricultores, trabalhadores rurais ou simples moradores de pequenas cidades onde o urbano se mistura com o rural, que na visão dos cidadãos das grandes e médias cidades os veem com moradores rurais, criando as figuras depreciativas para estes habitantes como “caipiras”, “gente do interior”, “Jecas”, “matutos e matutas” entre outras, ficando claro a discriminação social, mostrando com clareza esta cultura perversa. Neste contexto esta população sempre ficou jogada ao relento do desenvolvimento das cidades, ficando estes completamente desassistidos e abandonados das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, extensões rurais as quais só atenderiam as grande propriedade, ou seja, a política do latifúndio dos coronéis e dos doutores face ao minifúndios dos caipiras.

Conclusão

A terra é uma “mercadoria especial”, que se diferencia das outras por não ser fruto do trabalho humano. A terra tem limites e não se move. Ela não pode ser trocada por outra coisa; só se troca o seu direito de propriedade. O que se negocia não é a coisa em si, mas o seu símbolo. As outras mercadorias se consomem na sua utilidade e no seu uso; elas se acabam nas mãos de quem as tem e as usa. A terra não é uma mercadoria de verdade, mas um equivalente de mercadoria. Para que possa gerar renda – que é o seu objetivo capitalista – a terra não precisa que o dono e o usuário sejam a mesma pessoa. Nas outras mercadorias, ter é preciso para usar e usar é a finalidade de ter; no caso da terra, na sociedade capitalista (e é dela que estamos tratando), isso não é necessário, de acordo com Martins (1986)

Não se deve esquecer que a terra faz parte da triangulação dos fatores de produção, que são “terra”, “trabalho” e “capital”, a terra objetiva, imóvel e finita, o trabalho subjetivo, móvel e infinito e o capital objetivo, imóvel e finito. Desta forma a terra necessita de uma ação externa para a extração, transformação e consumo das suas propriedades produtivas e reprodutivas.

Um aspecto importante da economia é o papel da terra como um dos fatores de produção, juntamente com o trabalho e o capital. A terra é um recurso natural, fixo e limitado, que precisa ser explorado, transformado e consumido por agentes externos. O trabalho é um recurso humano, flexível e ilimitado, que realiza as atividades produtivas e reprodutivas sobre a terra. O capital é um recurso financeiro, estável e limitado, que financia as operações produtivas e reprodutivas na terra. Assim, a terra é um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social.

A terra não tem dono no mundo racional, material e humano, não existe a mão humana em sua criação para que suas ações possam vir a adicioná-la, multiplicá-la, embora consigam subtrai-la e dividi-la. A terra é bem comum de usufruto de todos os seres da terra, para que exista o direito natural não pode haver posse ou propriedade.

Analisando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a questão agrária no Brasil é marcada por uma profunda desigualdade e uma forte resistência das elites rurais.

A concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, que se beneficiam de incentivos fiscais e de formas ilegais de aquisição, impede o desenvolvimento de uma sociedade civil democrática e a garantia dos direitos de cidadania para os trabalhadores do campo.

Além disso, a aliança entre o capital industrial e o latifúndio reforça o poder político das oligarquias regionais, que se opõem a qualquer reforma agrária que possa alterar o status quo.

Nesse contexto, a propriedade da terra não é apenas um fator econômico, mas também um instrumento de dominação social e política.

A questão agrária no Brasil é um tema complexo e controverso, que envolve aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos. Desde a colonização, a terra foi o principal recurso de poder e riqueza, concentrada nas mãos de uma elite latifundiária que se aliou ao capitalismo emergente. Essa aliança se manteve ao longo dos séculos, impedindo a formação de uma sociedade civil democrática e participativa, e excluindo a maioria da população do acesso à terra e à cidadania.

A política de incentivos fiscais, adotada pelo Estado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, foi uma forma de favorecer os interesses dos grandes proprietários rurais e dos empresários urbanos, que se beneficiaram da especulação fundiária e da modernização agrícola. Essa política não só reforçou a desigualdade social e a dependência externa do país, como também inverteu a lógica capitalista clássica, na qual a terra é um obstáculo à acumulação e à circulação do capital. No Brasil, a terra se tornou um instrumento de poder político e econômico, que sustenta um sistema oligárquico e antidemocrático.

Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento rural brasileiro revela que ele é fruto de uma apropriação capitalista da terra como recurso para a acumulação e a exploração. Esse modelo tem enfrentado pouca resistência e contestação por parte de alguns setores da sociedade, que ainda se orientam por teorias obsoletas e dogmáticas sobre as transformações sociais no campo. Essas teorias atribuem ao capitalismo e à burguesia um papel progressista e transformador na questão agrária, negligenciando as contradições e os conflitos que caracterizam a realidade rural brasileira.

O que temos como realidade e o que foi exposto como tese dos teóricos pesquisado ver-se que fica aclarado o grande problema fundiário brasileiro, por se tratar um processo que é fundacional do país, está culturalmente arraigado na formação do estado, o qual se arrasta da colonização aos dias atuais, com avanços tímidos e de processos os quais só interessam as elites dominantes.

Temas como reforma agrária, regulação fundiária, políticas públicas para proteção dos pequenos agricultores e para a agricultura familiar, são verdadeiros tabus, afinal estamos na terra dos contrastes, nos preocupamos e protegemos os grandes e deixamos os pequenos relegados a própria sorte.

Em um país de grandes proporções como o Brasil e que de acordo com o IBGE, a população brasileira estimada para 2020 era de 211,8 milhões de habitantes, e a área territorial do país era de 8.510.295,914 km². Portanto, a densidade geográfica do Brasil em 2020 era de aproximadamente 24,9 hab./km², enquanto o mundo tem uma média de 52 hab./km², o Brasil tem a metade de povoamento em relação ao mundo, e por que temos na zona rural tantos sem terras? E zona urbana tantos sem tetos? E pessoas nas zonas rurais e urbanas do país em situação de insegurança alimentar?

Brasil pulmão do mundo! Brasil celeiro do mundo!

Estas exclamações com certeza são para o mundo, não para o próprio Brasil, que mais desmata, mais agride o meio ambiente e que tem 5% de sua população passando fome.

Referências

ABAG.Associação Brasileira do Agronegócio. **ABAG lança position paper sobre inovação e competitividade no agronegócio**. Publicado: 21/03/2023.Disponível em: <https://abag.com.br/abag-lanca-position-paper-sobre-inovacao-e-competitividade-no-agronegocio/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. *In*: ABRAMOVAY, R. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 9-32.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. P. Alegre, EdUFRGS, 2003.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do Século XXI: Letras, [1959] 2007. bloqueios e ressignificações. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M.. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília. MDA, 2017.

BAKUNIN, M. **Deus e o Estado**. São Paulo: Imaginário, 2000.

CASTRO J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 105 Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século: (1965-2012)**. 1a. ed. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2012.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREIRE, G. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 34. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Instituto de Economia/ UNICAMP. 2a ed. 2002

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963.

MAESTRI, M. **Gilberto Freyre**: da Casa-Grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil. Cadernos IHU, ano 2, n. 6, 2004, Instituto Humanitas Unisinos, Unisinos, São Leopoldo. p. 17.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ONU. **Relatório Anual 2022**. Disponível em: [ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf \(un.org\)](#) /. Acesso em: 17 jul. 2023.

PEREIRA, J. M. M. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988- 2002). **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v.28, n.56, p.385-404, dez. 2015.

ROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Martins Fontes, 1988.